

Durante quatro décadas, o Estado foi o motor da economia brasileira: como empresário, contratador de obras e serviços, ou fornecedor de créditos, subsídios e incentivos. Esse modelo de desenvolvimento econômico teve duas épocas de ouro — o governo Kubitschek e o *milagre brasileiro* —, mas há muito era criticado pelas correntes ortodoxas. As críticas se centravam em dois aspectos: a ação do Estado causava inflação, pelo estímulo excessivo à demanda, e deturpava a racionalidade do mercado na formação dos preços e dos investimentos.

Os defensores do modelo de intervenção governamental, da corrente estruturalista e cepalina, argumentavam que numa economia incipiente como a brasileira só o Estado teria recursos suficientes para empreender as grandes obras de infraestrutura e liderar os grandes projetos de produção de insumos, com o sentido de criar uma base mínima de confiança para os investimentos privados. O governo Kubitschek investiu pesado em infraestrutura (energia elétrica, estradas e siderurgia de aço-plano) e atraiu investimentos estrangeiros para substituir importações de bens de consumo (automóveis e eletrodomésticos) e de insumos industriais (cimento, siderurgia, indústria química e farmacêutica).

O descontrole nos gastos gerou de imediato duas crises. Na dívida externa, que eclodiu ainda no final de seu governo, e na aceleração da inflação, visível no início dos anos 60. O saneamento fiscal e a reforma da estrutura do Estado aplicadas por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, de 64 a 67, permitiram a Delfim Netto pisar no acelerador a partir de 67, quando a reforma tributária entrou em vigor, os créditos do então poderoso Banco do Brasil foram liberados e os empréstimos externos reabertos ao país, após a reunião anual do Fundo Monetário Internacional no Rio, no final daquele ano.

O período de euforia do *milagre brasileiro* encobriu as mazelas da intervenção e do gigantismo estatal no campo econômico. Antes mesmo da primeira crise do petróleo (1973) já se sabia que o Brasil estava vulnerável em setores-chaves de sua economia. Não havia produção de aço, energia, cimento, fertilizantes, papel e celulose, produtos químicos e minerais não-ferrosos suficientes para o país sustentar altas taxas de crescimento. Os problemas no balanço de pagamentos viriam com ou sem a alta do petróleo, do qual o Brasil produzia em 73 apenas 10% do consumo.

Aceitar a recessão, como fizeram os países desenvolvidos, era politicamente difícil para o iniciante governo Geisel, empenhado na distensão política. Como o setor privado retraiu investimentos e abandonou em 74 a tomada de empréstimos externos vitais para financiar o balanço de pagamentos, assumiu novamente o Estado a função de motor do desenvolvimento. Mas não seria o mesmo efeito. As empresas e os bancos estatais se endividaram além da conta para expandir projetos de energia elétrica, mineração, aço e telecomunicações, e repassar recursos ao Tesouro. Em 1974, 70% da dívida externa eram do setor privado;

cinco anos depois, essa fatia cabia ao setor público (hoje chega a mais de 85%).

O Tesouro, por sua vez, através de recursos subsidiados do BNDE (então sem o S), com origem no PIS-Pasep, bancou em 1976 a implantação dos mais variados projetos de substituição de importações, como bens de capital, papel e celulose, cimento, petroquímica, siderurgia e fertilizantes que ajudaram o país a superar a crise no balanço de pagamentos e sustentar um mínimo de crescimento nos anos 80.

O professor Mário Henrique Simonsen costumava advertir, quando ministro, que “a inflação aleija, mas o balanço de pagamentos mata”. Há exatamente dez anos, Simonsen saiu do governo, em agosto de 1979, criticado pelos políticos e as elites empresariais por sua proposta de crescimento moderado nos primeiros dois dos longos seis anos de mandato do presidente Figueiredo para permitir a consolidação do balanço de pagamentos e o controle do déficit público, então já considerado um forte agente inflacionário (embora a taxa anual ainda fosse de 45% quando deixou o governo). A disparada dos juros internacionais tornou a dívida externa ingovernável e arrasou as finanças públicas.

Internamente só haveria um meio do Estado e as empresas estatais compensarem o impacto causado em suas finanças pela duplicação dos juros internacionais entre 79 e 81: através da eliminação total dos subsídios, do aumento brutal dos impostos e da correção das tarifas e preços dos produtos das empresas estatais endividadadas. Antes do Brasil recorrer ao FMI, em 83, o Banco Mundial (maior financiador da Eletrobrás e Siderbrás) já exigia vigorosa recomposição real das tarifas.

Pelo depoimento do ministro da Fazenda no Congresso, o atraso nos preços públicos (velha tática para tentar frear a inflação) persiste. Os preços dos derivados produzidos pela Petrobrás estariam defasados em 20%; os das siderúrgicas da Siderbrás, entre 30% e 40%, e as tarifas da Eletrobrás, em 35%. Isso representa uma imensa massa de subsídios concedida pelo Tesouro (acionista controlador das estatais) aos consumidores — da gasolina do motorista à luz elétrica das ruas, à energia industrial e ao aço-plano vendido à indústria automobilística.

Nesta hora em que tantas idéias são discutidas para reduzir o déficit público e o tamanho do Estado é preciso, antes de tudo, quantificar quanto soma, em valores corrigidos, os subsídios de preços e tarifas e créditos subsidiados para projetos privados de capital fechado (salvo raras exceções). Esse paternalismo ajudou a concentrar a renda na década e deve ser devidamente revertido. Depois da eliminação dos subsídios, há que separar as funções sociais e de infraestrutura, que são inerentes ao Estado. Feito isso, é indispensável o saneamento financeiro e a recomposição das margens de lucros das empresas estatais relevantes a serem preservadas para que retomem os investimentos em infraestrutura, que dão confiança à livre atuação do setor privado.